



## GT 06 - Agriculturas familiares, cultura e ancestralidade, commons e o bem viver na América Latina e Caribe

### IMPASSES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARÁ, FRENTE AO AVANÇO NEOLIBERAL, SOB O OLHAR FEMININO

Rosane Brito (IRD)<sup>1</sup>

#### RESUMO

A agricultura familiar no oeste do Pará, na Amazônia brasileira, vem sendo investigada a partir do olhar feminino, em pesquisa com trabalhadoras rurais que assumem frentes de trabalho e de mobilização política no entorno da rodovia BR-163, e, particularmente, em Itaituba. O recorte apresentado parte de pesquisa mais ampla, que inclui também pescadoras artesanais e garimpeiras. Há aspectos fortemente desafiadores na região, por questões históricas (BENATTI, José Heder et al; CASTRO, Edna, 2019) e, também, em vista das dinâmicas atuais do capitalismo mundial, movidas por interesses neoliberais (BROWN, Wendy, 2019; DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian, 2016) e de exploração desenfreada de riquezas e terras, nessas áreas de fronteira do agronegócio e da mineração. A pesquisa, em nível de pós-doutoramento, inclui, entre as pequenas produtoras rurais, trabalhadoras de áreas de assentamento, terras federais destinadas à reforma agrária, e de comunidade rural situada na Vicinal do Cacau, naquele município. A debilidade das políticas e investimentos públicos estatais na região denuncia a prioridade historicamente afirmada em benefício do grande capital, que, aliada à ofensiva neoliberal, tem provocado consequências sociais graves, como aumento da pobreza, da vulnerabilidade social (IPEA, 2018; CASTRO, Eduardo Viveiros, 2017) e profundo sofrimento social (VÍCTORA, C. G.; SARTI, C. A, 2014; FONSECA, Claudia; MARICATO, Glaucia). A metodologia da pesquisa, de cunho etnográfico, associada também a análises sociológicas, inclui entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Entre os participantes, além das trabalhadoras, constam representantes de órgãos municipais e federais e membro da direção da Fetagri Estadual. A perspectiva feminina (FRASER, Nancy, 2019; SARTY, Cynthia, 2004), conforme o trabalho de campo, traz elementos sutis e complexos, e inclui discussões sobre conflitos no sindicalismo rural da região (LAZZARETTI, 2023; SILVA, Osvaldo Heller, 2009), bem como expõe expectativas em relação ao atual governo federal brasileiro.

Palavras-chaves: agricultura familiar; neoliberalismo; feminino; sofrimento social.

<sup>1</sup> Pós-doutoranda do Institut de Recherche pour le Développement (IRD). Email: rosanesbaraujo@gmail.com

O oeste do Pará está ligado aos interesses do capitalismo global por deter riquezas que interessam diretamente agentes transnacionais ligados à expansão do grande capital mundial, por meio de estoques de terras, madeiras e outras riquezas da floresta amazônica, do grande potencial energético e de transporte para fins de exportação da bacia do rio Tapajós, pelas reservas minerais que possui, em especial de ouro, assim como pela posição geográfica que ocupa, ligando o centro-oeste do país, fortemente voltado ao agronegócio, às rotas hidroviárias e rodoviárias que dão acesso aos portos, por onde são exportadas *commodities* para os demais continentes. São, portanto, áreas de fronteira do capital internacional. Ao mesmo tempo, a região possui rica diversidade étnica e cultural, sendo ocupada por populações tradicionais, ribeirinhas e povos indígenas, que têm lutado por direitos de reconhecimento, condições dignas de vida e de trabalho, pelos territórios que ocupam e contra o avanço devastador das dinâmicas capitalistas neoliberais sobre a natureza e as sociedades da região. Na presente etapa da pesquisa, foi escolhida a cidade de Itaituba como referência para o aprofundamento do estudo que vem sendo realizado desde 2006, na região.

Conforme analisa Brown (2019, p. 9), vivemos tempos de ascensão do autoritarismo e de articulação de forças de extrema direita no mundo. Brown (p.17) aprofunda em sua análise o poder da racionalidade neoliberal que, para além de legitimar forças antidemocráticas e racistas, tenta incutir seus valores na cultura e na subjetividade políticas. No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que ascendeu ao poder federal nesse contexto de articulação mundial das forças de extrema direita, representou retrocesso ainda maior, em relação aos processos históricos da Amazônia, quanto aos direitos das populações às suas terras e culturas, buscando liberar terras indígenas para o garimpo ilegal, sufocando condições de sobrevivência da pequena produção, inclusive pelo esvaziamento de investimentos públicos na reforma agrária. Nesse período, os detentores de poder no agronegócio - ligados à produção madeireira, de carne e grãos - avançaram ainda mais sobre grandes áreas da Amazônia, que passaram a ter níveis crescentes de desmatamento, assim como mostraram, sem disfarces, o poder da opressão e da violência sobre os povos da região.

Dardot e Laval (2016, p. 190), ao esquadrihar as formas políticas neoliberais, concluem que “revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo”. Quanto ao Estado, os autores contrapõem-se às análises que afirmam haver a “retirada de cena do Estado” (p.190), nas formas políticas que dão sustentação ao neoliberalismo. Muito pelo contrário, Dardot e Laval captam os Estados “como elementos-chave dessa concorrência exacerbada, procurando atrair uma maior parte dos investimentos estrangeiros pela criação de condições fiscais e sociais mais favoráveis à valorização do capital” (p. 199). Nesse sentido, os Estados contribuíram para

A criação de uma ordem que os submete a novas restrições, que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir “direitos adquiridos” considerados muito onerosos e enfraquecer os mecanismos de solidariedade que escapam à lógica assistencial privada (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 199).

Ao aprofundar a investigação sobre como esses processos vêm incidindo sobre a Amazônia, o papel cumprido pelo Estado brasileiro e a financeirização de capitais, Castro e Castro (2022, p. 12), examinam a complexidade do que está em jogo:

A Amazônia se encontra no meio de conexões globais, de grupos, corporações e sistemas de poder operados com eficácia em função das novas tecnologias de comunicação que alteram profundamente as logísticas e o controle do próprio mercado mundial sobre territórios-espaços-colonizados. Por isso, nos parece fundamental entender o significado desse jogo no campo da ação política e dos modos de regulação do Estado no Brasil, que tem modificado com enorme rapidez, nesses últimos anos, os dispositivos legais, visando flexibilizar os regulamentos ambientais, sociais e étnicos, e permitir o livre fluxo do capital financeiro transnacional. Observam-se territórios devastados pelas intensas conexões do local com o mercado global e a dominância dos movimentos de brasileiros voltados à exportação de commodities de carne, de grãos e de minérios (CASTRO e CASTRO, 2022, p.12)

Com base na perspectiva dessas dimensões do neoliberalismo e do papel que cabe ao Estado, conduzimos a análise, utilizando como metodologia a aproximação etnográfica, combinada com abordagens sociológicas, buscando captar, a partir da estruturação e relações entre essas forças mundiais, a visão dos sujeitos sociais da região, sob a perspectiva feminina. Parte-se das condições de vida e de trabalho de mulheres que trabalham na agricultura familiar, quando avaliam as transformações por que tem passado o oeste do Pará, em meio ao dinamismo do agronegócio. O recorte neste trabalho parte de pesquisa mais ampla<sup>2</sup>, incluindo mulheres trabalhadoras da pesca artesanal, do garimpo e da agricultura familiar, que assumem frentes de trabalho, o sustento de suas famílias e também, em alguns casos, integram organizações e mobilizações políticas, em contexto de desenvolvimentismo acelerado, não apenas do agronegócio, como também da mineração e dos megaempreendimentos exigidos pelo modelo de superexploração da natureza. O período mais recente da pesquisa foi iniciado no segundo semestre de 2022 e segue em curso.

Os vultosos investimentos públicos, aliados à financeirização mundial de capitais, em rodovias, portos, aeroportos, estações de transbordo de cargas, hidrovias, ferrovia, etc., apresentam disparidade alarmante se comparados aos valores que têm sido destinados pelo

---

<sup>2</sup> A pesquisa vincula-se ao projeto “Conflitos territoriais sobre as frentes de expansão agrícola (Amazônia brasileira): violências, expulsões e dominação política”, financiado pela Agence Nationale de La Recherche - ANR CONTER (ANR-21-CE41-0021).

Estado brasileiro à reforma agrária, às obras nas vicinais, pontes, assistência técnica, essenciais para a sobrevivência e produtividade do campo, da pequena produção.

Tendo, então, por foco a agricultura familiar, neste trabalho, parte-se da interlocução na pesquisa com trabalhadoras da Comunidade Monte Moriá<sup>3</sup>, uma das nove comunidades existentes na vicinal do Cacau, presidida por uma agricultora, em Itaituba, e com a presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras (Fetagri - PA), Regional da BR-163 (Rodovia Santarém-Cuiabá), criada há cerca de dez anos, para buscar inserir a diversidade e representatividade do entorno dessa rodovia nas definições e prioridades da Federação e da Confederação a que está vinculada - a Contag. Em vista da dimensão territorial do estado do Pará, o segundo maior estado brasileiro em extensão, com área total de 1,248 milhão de quilômetros quadrados - equivalente, se comparada a países europeus, a mais de duas vezes a extensão territorial da França e a mais de cinco vezes a do Reino Unido - e das diferenças de acesso, investimentos públicos, infraestrutura para escoamento da produção, etc., dentro do próprio estado, era à época e continua sendo atualmente, ainda mais intensamente, indispensável chegar mais perto das diferenças sociopolíticas e econômicas dessa região, no Pará.

Por meio de longas entrevistas, foram ouvidas, além da presidente da Fetagri- BR 163, doze mulheres da Comunidade Monte Moriá, responsáveis pela Feira da Trabalhadora Rural, que ocorre todos os meses em praça do centro de Itaituba. A participação na feira, entre as mulheres, é lugar que merece destaque na Comunidade e que muito as honra, inclusive porque, para além de tudo o que precisam vencer para transportar os produtos e fazê-los chegar na sede do município para abastecer cerca de dezesseis barracas da feira, são elas próprias que cultivam e produzem os frutos variados, doces, derivados do cacau e da mandioca, etc, que são comercializados.

Com vistas a levantar dados e outras informações sobre as políticas públicas em andamento, impasses e problemas levantados pelas agricultoras, foram também ouvidos na pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturadas, dirigente da Fetagri estadual, em Belém, e, em Itaituba, representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Mineração (Semmam), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio – Unidade Especial Avançada) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra – Unidade Avançada). Considerando as questões diretamente relacionadas à competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foi também entrevistado o Gerente Executivo, em Santarém.

---

<sup>3</sup> As nove comunidades na vicinal do Cacau são: Monte Moriá, Monte Sião, Perpétuo Socorro, São Sebastião, São Raimundo, Bom Jesus, Santa Luzia, Monte Dourado e Cristo Rei.

A perspectiva feminina da análise parte da consideração de que as mulheres participantes da pesquisa estão à frente de suas atividades e ações coletivas, em seus campos de trabalho ou de mobilizações em movimentos de mulheres, neste caso também articulados com outros movimentos sociais, ocupando postos de decisão e garantindo o sustento de suas famílias, papéis que antes tinham o protagonismo masculino. As trajetórias dessas trabalhadoras, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, nos âmbitos doméstico, social e político, são marcadas por lutas e vitórias, que têm trazido projeção na abertura de espaços de representação das mulheres, que cada vez mais se firmam. Não por acaso, no meio rural do oeste do Pará, vários sindicatos de trabalhadores e comunidades são presididos por mulheres.

No âmbito das políticas públicas de Estado, também tem sido a luta pelo reconhecimento de direitos que tem produzido a inserção das mulheres em programas como o Pronaf-Mulher, para fortalecimento da agricultura familiar, com linhas de crédito específicas para as mulheres, e a linha Fomento-Mulher, sob a responsabilidade do Incra, embora essas políticas careçam de investimentos maiores pelo Estado. Em relação a outras atividades rurais, como a pesca artesanal em regime de economia familiar, a luta das mulheres também tem trazido o reconhecimento de direitos. Apesar de ser essa atividade tradicionalmente exercida também por mulheres na região, somente após intensa mobilização tornou-se possível a obtenção do direito ao salário-maternidade, em 2004, e ao seguro defeso, em 2006, até então somente concedido aos pescadores homens.

Não obstante os avanços obtidos, a divisão sexual do trabalho doméstico segue sendo o padrão, acumulando as mulheres as responsabilidades relativas às tarefas da casa, cuidados e afazeres ligados ao grupo familiar, com as demandas e agendas externas. Embora essa questão não seja em geral formulada como queixa nos relatos das interlocutoras, a sobrecarga de todas essas tarefas e o peso disso sobre as vidas e os corpos das mulheres estão presentes em quase todos os relatos.

Apesar de muitas questões trazidas pelas agricultoras serem muito semelhantes, no que diz respeito à falta da execução de políticas públicas, apoio e investimentos estatais, o que leva à precariedade dos serviços de saúde, de infraestrutura para a produção, escoamento e venda dos produtos, da educação para os filhos, entre outros, que serão mais bem detalhados a seguir, há nos relatos distinções entre as condições das trabalhadoras das áreas dos projetos de assentamento, sobre os quais foi ouvida a presidente da Fetagri da BR-163 e dirigente estadual da Federação, das que vivem nos lotes criados durante o projeto de colonização de Itaituba, na década de 1970, como as da Comunidade Monte Moriá. Grande parte das diferenças é atribuída à vinculação dos assentamentos ao Incra, órgão incumbido da gestão da reforma agrária no país. A avaliação do dirigente estadual da Fetagri, ao comparar os assentamentos aos lotes de terra do projeto de colonização, refere essa questão:

São os mesmos problemas, mas em situações diferentes. Os moradores das áreas do projeto de colonização, que é antigo, chegaram a ter os títulos das terras, que depois foram cancelados em 2016-2018, de quem não pagou. Quanto aos assentamentos, a dificuldade é terrível, principalmente na região de Itaituba, Aveiro, Jacareacanga e Novo Progresso. Na verdade, foram criados os assentamentos, mas as políticas públicas não chegaram.

Após cerca de quatro décadas da criação dos assentamentos rurais em Itaituba, a situação é crítica, sem a consolidação dos quatro Projetos de Assentamento (PAs) existentes no município - Miritituba, Ypiranga, São Benedito e Universo. Entre os assentamentos, há, ainda, dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)<sup>4</sup> no município - Nova União e Nova Brasília II -, que seguem também sem regularização fundiária. Ao ouvir representantes do próprio Incra, em Itaituba, a gravidade e a vulnerabilidade da situação dos assentados são confirmadas:

Nenhum projeto de assentamento foi consolidado. Infelizmente, o povo foi atraído pelas promessas desses programas que eram pra melhorar a vida das pessoas, e que, sem nenhuma explicação, não foram consolidados[...] o povo fica refém dessas instituições, que não dão cabo das políticas, nem liberam as pessoas para seguirem [...]. Recentemente foram criados também alguns PDS e há também agora um PAE, que fica na região sub-80, mas todos com essas mesmas carências e necessidades.

O que tem impedido o Incra de consolidar políticas que são a razão da existência do órgão? Um dos representantes do órgão responde: "Pois é, são respostas que ... a gente acha que o governo não fez porque não quis, porque tem muito dinheiro, mas não tem o foco da prioridade e as coisas vão acontecendo". Cabe aqui a reflexão trazida por Viveiros de Castro (2017, p. 8), ao analisar a resistência secular indígena no Brasil, por lhe serem negados direitos essenciais à terra, às formas próprias de produção e de vida, impondo-lhes a condição de subcidadãos. Trata-se, infere o autor, de

Exemplo de resistência secular a uma guerra feroz contra eles para desexistí-los, fazê-los desaparecer, seja matando-os pura e simplesmente, seja desindianizando-os e tornando-os "cidadãos civilizados", isto é, brasileiros pobres, sem terra, sem meios de subsistência próprios, forçados a vender seus braços — seus corpos — para enriquecer os pretensos novos donos da terra (CASTRO, Viveiros de, 2017, p. 8).

Diante da situação, as pressões e expectativas em relação ao atual governo do país se ampliam, em busca de soluções, como discutido no encontro da regional Norte da CONTAG, ocorrido em Belém, em novembro de 2023, em que estavam presentes delegações de todos os estados da região. Informou a dirigente regional da Fetagri da BR-163 que o encontro

---

<sup>4</sup> O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de assentamento, que se destina a populações tradicionais (ribeirinhos, extrativistas e outros), em que não há individualização das parcelas de terra.

objetivava tratar sobre políticas públicas e terras como espaço de produção de alimentos saudáveis e bem-viver. O Incra, informou a liderança, também esteve presente no evento e ouviu das agricultoras e agricultores sobre a necessidade emergencial de ser apresentado pelo órgão o planejamento para a retomada da reforma agrária na região. Apesar da pressão, relatou a interlocutora, o representante do Incra alegou não haver recursos federais disponíveis.

O georreferenciamento do perímetro total dos assentamentos, trabalho que deve seguir posteriormente para cada lote, com a individualização da terra e a regularização dos assentados, encontra-se ainda em fase inicial. Essa etapa é essencial para o acesso à titulação pelas agricultoras e agricultores, assim como aos direitos que dela resultam, como por exemplo o de receber créditos públicos. Nos quatro PAs de Itaituba, a informação atualizada, da Unidade Regional do Incra, em abril de 2024, é de que uma parcela do georreferenciamento do São Benedito está sendo concluída. O georreferenciamento em si, relata a presidente da Fetagri da BR-163, é questão que tem trazido discussões e desavenças, em função dos valores apresentados pelas empresas que participam das licitações, para o trabalho terceirizado pelo Incra, uma vez que há grande diferença entre os orçamentos apresentados e que cada assentado terá que assumir o valor relativo à parcela de terra que ocupa.

Ainda em relação à agenda política, o debate no encontro regional da Contag incluiu a necessidade de a regularização fundiária integrar as pautas prioritárias do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal em 2023. A avaliação da dirigente regional da Fetagri é que:

Em 2025 vai ter a COP 30<sup>5</sup> e não tem nada pra nós no PAC, sobre regularização fundiária e a gente quer incluir. As nossas pautas precisam ser incluídas nesse PAC [...] quando terminar [a Conferência] a gente vai ficar como? Não estão discutindo pra quem está aqui dentro, pra quem vive aqui dentro da Amazônia. Não estão olhando pra quem vive aqui, então, tudo isso está sendo abordado ali no encontro, porque a gente quer que venha alguma coisa pra gente. Por isso que tudo isso tem que ser pautado pra ir para negociação.

A dificuldade maior do Incra, em dar respostas mais ágeis no atual governo, de acordo com o dirigente estadual da Fetagri, deve-se a alguns fatores, entre eles a desestruturação do órgão em Itaituba, ocorrida há cerca de dez anos e agravada durante os governos Temer e Bolsonaro, que tinham por objetivo extinguir o órgão. Afora a ação deliberada dos governos anteriores, no sentido de asfixiar a reforma agrária, em benefício de grandes projetos desenvolvimentistas, a Unidade Regional do Incra, em Itaituba, refere o dirigente da Fetagri estadual, tem sob sua competência assentamentos que ocupam grandes extensões de terras, por incluírem também os municípios de Aveiro, Trairão, Jacareacanga e Novo Progresso. Se,

---

<sup>5</sup> A 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP 30, será realizada em Belém, em novembro de 2025.

por um lado, faltam investimentos do órgão e infraestrutura adequada de trabalho, de outro, relata o membro da Fetagri estadual, que informa ter nascido e sido criado em Itaituba, ter dirigido o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba (STTR) e coordenado anteriormente a Fetagri da BR-163, sobre o que tem sido enfrentado pelos assentados desde então:

Os fazendeiros, latifundiários, muitas vezes já tomaram conta da área do assentamento e o Incra não deu conta. Houve reunião em Jacareacanga e em Aveiro, em novembro passado, com o Incra, e apareceram muitos dos grandes, que estão querendo que cheguem políticas públicas.

A situação é, então, de tal sorte absurda, que os grileiros de terras de assentamentos, daqueles municípios, comparecem às reuniões do Incra e demandam políticas do governo para beneficiá-los. O quadro descrito pelo dirigente estadual da Fetagri, de coação e invasão das áreas de assentamento por fazendeiros e outros latifundiários, que se apropriam de forma fraudulenta de terras federais, é vivenciado pelas agricultoras de Itaituba, que têm sido submetidas a várias formas de violência, como descreve a presidente da Fetagri da BR-163:

Os fazendeiros vão comprando e apertando o outro que não quer vender, fazendo pressão, soltando o gado para comer a plantação do agricultor, oprimindo, até aquela pessoa vender a terra também [...] vão entrando e criando conflito porque quem ficar lá dentro fica submisso a eles [...] Foram queimadas casas, colocaram pimenta nas roupas das mulheres, de malvadeza, pra botar medo e forçar o povo a sair. O Ministério Público já fez várias audiências, mas nunca foi resolvido. Morte não tem havido, mas há queima e invasão de casas, gente que foi presa, ameaças e muitas barbaridades.

Como ficará a situação dos grileiros de terras, muitos deles grandes produtores de gado, de madeira, ou plantadores de grãos no município, após finalizada a etapa de georreferenciamento dos perímetros totais dos PAs de Itaituba? A resposta a essa questão segue pendente, como refere a dirigente da Fetagri-BR 163:

Essa é a realidade em todos os assentamentos, que têm fazendeiros grandes, com 10, 15, 20 lotes. E eles têm toda a documentação. Eles têm CAR (Cadastro Ambiental Rural) e tudo, porque têm dinheiro e podem fazer isso. Depois que eles fizerem o 'geo' (georreferenciamento) é que vai ter que se ver isso, porque fazendeiro tem demais dentro dos assentamentos. A maior parte é de produtores de gado e não sei como o Incra vai fazer com esse povo.

Embora não vinculadas ao Incra e, segundo a visão dos membros da Fetagri, tendo assim mais 'liberdade' para conduzir o processo produtivo em seus lotes, as agricultoras da Comunidade Monte Morιά enfrentam também árdua batalha cotidianamente. As condições de trafegabilidade pela vicinal do Cacau, em suas ramificações e pontes, difíceis mesmo

durante o verão, quando exigem transporte com tração nas rodas e perícia do condutor, tornam-se muito piores durante o período das chuvas, que se estende por cerca de cinco meses, interferindo assim nas condições de trabalho e de vida, em quase metade do ano. Nesses períodos, informam os interlocutores que se chega por vezes a demorar cinco horas para percorrer de moto 55 km, ficando as estradas intrafegáveis para carro. Uma das agricultoras mais antigas da vicinal do Cacau relembra situações vividas, ainda mais dramáticas quando iniciaram a venda na feira de Itaituba, e como tem sido atualmente:

A gente já sofreu muito. Aqui, no inverno, não dava pra gente atravessar, porque ficava cheio de buracos de lama, a gente dormia na estrada. Mas graças a Deus nós estamos aqui contando da vitória, e continuamos aqui trabalhando e lutando. Eu mexo mais com farinha e tapioca. A luta é a mesma, agora a gente já tá velha, cansada, as pernas doendo, mas a gente vai levando a vida. Quando a gente chega lá já chega cansada, mas vai sobrevivendo. Na primeira noite dorme e já acorda melhorzinha.

Há também a questão do precário fornecimento de energia na vicinal do Cacau, insumo básico para a produção nas casas e pequenas 'oficinas' de trabalho localizadas nos quintais, em que as agricultoras armazenam e processam polpas de frutas, doces e outros produtos, a serem comercializados na feira. De acordo com a presidente da Comunidade, são frequentes e longas as interrupções no fornecimento da energia - que chegam a dez, doze horas, por dia- comprometendo o trabalho e a conservação dos produtos. O trabalho segue assim rotina constante, sem que seja possível tirar férias. O repouso é eventual e por poucos dias, o que mesmo assim implica reduzir a produção.

O sofrimento social, como referem VÍctora e Ruas-Neto (2011, p. 41), não pode ser dissociado dos domínios político e econômico, uma vez que existem na dor, na doença e no desamparo "múltiplas interrelações com o mundo social", com aquilo que denominam como "políticas e economias da vida". Ao analisar antropologicamente a comunidade indígena Charrua, os autores afirmam que "a dimensão da luta e da discriminação histórica", são componentes fundamentais do sofrimento social do grupo, assim como ressaltam a inabilidade das instituições políticas e sociais em lidar com este fenômeno (2011, p. 47). Consideram também o sofrimento social como "fenômeno mais amplo, que perpassa o tempo e carrega consigo a história para dentro do presente" (2011, p. 56). A abordagem dos autores traz elementos que mantêm estreita conexão com os relatos das agricultoras do oeste do Pará, tanto pela vinculação do sofrimento social com aspectos políticos, econômicos e históricos, como pelos desdobramentos para o tempo presente, inclusive no âmbito familiar, como mencionado por integrantes da Comunidade Monte Moriá.

Em outro trabalho, Fonseca e Maricato (2013), contestam abordagens que analisam discursos de sofrimento dos sujeitos como meras formas de submissão ao estado. Consideram as autoras que a "dimensão da experiência vivida dos sujeitos envolvidos" (2013,

p. 272), traduzida em “depoimentos de sofrimento adquire nova produtividade: além de apoiar a denúncia pública, sensibilizando as autoridades e a opinião pública, serve como liga emocional de uma comunidade política” (2013, p. 272). Nesse sentido, trazer a análise do sofrimento por que têm passado as agricultoras familiares daquela região do Pará, dos reflexos em seus corpos, em suas vidas, famílias e trabalho, é também mecanismo de denúncia.

Em termos ambientais, as agricultoras manifestam também a preocupação com a manutenção da floresta em pé nos 20% dos lotes, para fins de preservação da vegetação, como definido na lei da reforma agrária, e temem ter que pagar multas, ou ficar inadimplentes junto ao governo. Nas vizinhanças das comunidades da vicinal do Cacau, entretanto, a forte presença de fazendeiros, dos ‘grandes’, leva ao avanço sobre os estoques naturais e ao desmatamento da floresta muito além do autorizado por lei, sem que isso, na percepção das trabalhadoras, gere qualquer tipo de preocupação ou punição.

A avaliação dos serviços de saúde disponíveis para os moradores da vicinal do Cacau suscitou a manifestação veemente de quase todas as doze mulheres participantes da pesquisa. Os problemas, de várias ordens, resultam em desassistência, mesmo nos casos de doenças triviais no grupo, como hipertensão e problemas ósseos-articulares, por conta do trabalho fisicamente pesado, passando por picadas de escorpião, acidentes no trânsito, etc, situação que se arrasta por anos. O socorro poderia ser prestado em posto de saúde próximo, já construído, mas não há profissionais, medicamentos, nem vacinas, como referem as agricultoras:

Foi inaugurado um posto de saúde, em Monte Dourado, mas não tem profissional lá. Havia uma agente de saúde, em outra localidade, mas que não é vista em Monte Moriá há sete anos. Eu acho que se juntasse todo mundo dessas nove comunidades que têm filhos e fizesse uma pressão no secretário de saúde, ele ia ter que dar um jeito de inaugurar esse posto. Porque, em vez de andar 30 km, você viaja 5 km e chega no posto. Essa é a questão, é que a gente é muito quieto. O posto está lá, mas não há ninguém trabalhando e nada acontece. A gente fica muito quieto e o tempo vai passando. Até para vacinar os filhos, a mãe ou o pai precisa faltar ao trabalho, no horário de aula, porque tem que percorrer 30 km de ida e mais trinta de volta para conseguir vacinar.

Diante dos muitos problemas enfrentados, apesar de toda a coragem e persistência das mulheres em manter a produção diversificada e a presença na feira, que garante o sustento delas próprias e de suas famílias, com a liberdade de usarem o dinheiro em pequenas compras ‘sem depender dos maridos’, a sucessão na terra para as novas gerações de agricultores indica estar chegando a um nível de estrangulamento. Caso não haja mudança nas prioridades do Estado, que implique destinação de investimentos e políticas públicas eficazes para a agricultura familiar, o êxodo rural da juventude tenderá a crescer ainda mais.

Os pais que conseguem ter condição, buscam encaminhar filhas e filhos para a cidade, em geral para Itaituba, sob os cuidados de alguém de confiança, para que tenham acesso a níveis de estudo que possam torná-los profissionais em outras áreas, não ligadas à terra. Refere a única professora da escola da Comunidade Monte Moría:

Hoje, tem sete alunos no período da manhã e cinco alunos à tarde. Quando chega no final do ano, em geral eles migram para a cidade, não ficam aqui na comunidade ou na região. Ou eles ficam na casa de familiares, que moram na cidade, ou os pais vão embora também para a cidade [...] a gente vê que a cada dia que passa a quantidade de alunos tende a diminuir. A escola é multi série, vai do maternal ao 5º ano e no outro turno, da tarde, da 6ª a 9ª séries. Outra questão é que o ensino médio não é responsabilidade do município, mas sim do estado. Há até demanda para o ensino médio e pais que levam os filhos para estudar em outra comunidade, em Campo Verde, que fica a quase 40 km desta comunidade [...] os pais querem que os filhos vão para a cidade, para ter outras oportunidades, porque vão fazer o quê aqui? A ideia não é trazer os jovens que estão na cidade de volta para o interior.

Em entrevista na Unidade Regional do Incra, um dos gestores entrevistados compara o que ocorre no Pará e no Mato Grosso, ao tratar sobre as precárias políticas públicas de educação, que não dão oportunidade para as novas gerações do município de Itaituba e do entorno, de estudar em nível técnico qualificado ou superior para seguir nas atividades da família, que possa resultar em melhoria das condições de vida e trabalho, como por exemplo, em profissões como engenheiro agrônomo, de pesca, médico veterinário. Na avaliação do gestor, o investimento do Estado em políticas de educação, no nível que leva a esse grau de formação, está diretamente relacionado ao investimento na grande produção das áreas mais 'desenvolvidas', como a do agronegócio, no estado do Mato Grosso, o que não ocorre no estado do Pará:

No caso da nossa realidade aqui, subdesenvolvida até mesmo na questão do estudo, em muitas localidades se tem dificuldade de concluir até mesmo o nível fundamental. Tem lugar em que só se ensina até o 4º ou 5º ano. Aí o êxodo é iminente e muitas vezes os jovens vão para casas de pessoas da família, na cidade. Depois que o filho sai do mato, o pai espera o tempo de se aposentar e já passa a terra pra outro [...], que já vai pegar a terra com o propósito de, na sua 'sazonalidade', passar a terra [adiante] também.

Para além do que vem ocorrendo com as juventudes, a situação no campo para os mais velhos, pela dificuldade de obter o sustento da família em condições mínimas de vida e de trabalho e com a pressão para a saída dos lotes, quer pela falta de investimentos do Estado, quer pela coação e violência dos grandes proprietários de terra, tem provocado também o êxodo para a zona urbana, em busca de saída para o sofrimento e para que seja possível sobreviver, o que em grande parte das situações gera outras vulnerabilidades e precariedades, como refere a agricultora da Comunidade Monte Moría:

Aqui mesmo na nossa região, têm muitas pessoas abandonando a terra e saindo por falta de condições financeiras para comprar a terra. Aí vai pra periferia de Itaituba, ou para o bairro novo ali do km 30, faz um casebrezinho e se esconde debaixo. Dizem que abandonaram porque não tinham condições de tocar, porque já estão com 60, 65 anos, e cansaram. Tem um monte de lote abandonado, outros foram vendidos para os grandes fazendeiros, que desmataram tudo, acabaram com tudo, e essas pessoas que saíram ficaram sem nada, porque não têm mais forças.

A capacidade de análise das agricultoras sobre as questões que devastam não apenas a natureza, mas também a própria vida e o trabalho nos assentamentos da reforma agrária, assim como nos lotes de terras da área de colonização de Itaituba, é rica em detalhes das trajetórias por elas percorridas e permeada de sentimentos, como o valor da solidariedade. O sofrimento constante e a busca de alternativas diante da usurpação de suas terras e direitos, pelos representantes do grande capital, que se confundem com as elites político-econômicas locais, assim como pela falta de garantias pelo Estado, aos poucos parecem mais nítidos - e inaceitáveis - no decorrer das longas conversas. Na Comunidade Monte Moriá, as mulheres parecem se dar conta de que o simples fato de ter um tempo para falar sobre suas experiências, relações de trabalho e amizade, das dificuldades partilhadas, da solidariedade que as sustenta, já é algo em si valioso, o que trouxe à tona em alguns momentos emoções e lágrimas. O reconhecimento dos vínculos fortes entre elas ressoa como bálsamo, em meio a tantas dificuldades. E parece também que, ao rever todas as dificuldades por que têm passado, são mobilizadas, de algum modo, a atuar não apenas dentro do grupo, mas indo também em busca dos direitos que têm clareza de terem lhes sido usurpados.

Alerta Fraser (2019), ao analisar feminismo e capitalismo, que é necessário ampliar nossa consciência histórica, compreendendo também que os “processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal” (2019, p. 46). Quanto à luta feminista, defende a autora que seja buscada “forma de vida que descentralize o trabalho assalariado e valorize atividades desmercadorizadas, como os trabalhos de cuidado” (p. 46).

Federici (2021), ao fazer crítica ao marxismo, também alerta para a sobrecarga que pesa sobre as mulheres, pois, mesmo quando conseguem trabalho assalariado e exercem funções desempenhadas por homens, não estão liberadas do trabalho doméstico. Isso ocorre, como afirma a autora, em diferentes planos do trabalho feminino, indiferentemente se a força de trabalho está a serviço de trabalho não especializado, ou atendendo à demanda técnica e especializada. Em outro trabalho, Federici (2020, p. 3) ressalta que “as mulheres desempenham um papel central nas lutas ecológicas por serem as mais afetadas pela desapropriação e pela degradação ambiental, por serem responsáveis pela reprodução de suas famílias”, e fala da importância do ativismo das mulheres atualmente, como

uma força importante para a mudança social na América Latina e uma inspiração para as feministas e os outros movimentos ao redor do mundo. Ao desafiar as forças destrutivas do capitalismo, do patriarcalismo e da destruição ecológica, as mulheres estão construindo novas formas de existência que rejeitam a lógica de mercado e as políticas mais recentes sobre a reprodução da vida cotidiana, canalizando o poder das relações afetivas que tradicionalmente caracterizaram a esfera doméstica na produção da solidariedade social (FEDERICI, Silvia, 2020, p. 3).

A consciência dos problemas trazidos pelas mulheres, das causas e consequências no cotidiano de suas vidas, territórios e trabalhos, articuladas de forma contundente pelas mulheres da agricultura familiar, nos assentamentos da reforma agrária e nos lotes da área de colonização, que aceitaram e dedicaram parte preciosa de seu tempo à participação como interlocutoras na pesquisa, trouxeram conexões e indagações importantes para a pesquisa. Entre estas, o que leva a diferentes níveis de organização e de mobilização política entre elas, se há profunda capacidade de interpretação das violências a que estão submetidas, das responsabilidades do Estado e dos demais detentores de poder na região? De um lado, o poder dos agentes econômicos - especialmente, no caso, ligados ao agronegócio -, fortemente ancorados pelas elites políticas das três esferas e poderes do Estado, aliado à precariedade das condições de vida e de trabalho das mulheres da agricultura familiar, torna a produção, em nível capaz de sustentar o abastecimento mensal da feira em Itaituba, pelas agricultoras da Comunidade Monte Moríá, que vão além dos limites da subsistência de suas famílias, tarefa árdua, que parece levá-las quase à exaustão e, de certo modo, as coloca como reféns da luta e do sofrimento a que são submetidas. De outro lado, embora plenamente esclarecidas sobre os problemas e capazes de realizar trabalho coletivo com alto nível de organização e solidariedade, tomando por base os relatos, não estão conectadas diretamente, no que se refere à ação e mobilização política, a outros grupos e movimentos de mulheres, nem mesmo com as demais comunidades da vicinal do Cacau.

As trabalhadoras rurais vinculadas à Fetagri e, portanto, aos sindicatos de trabalhadores, conforme relata a presidente regional da BR-163, têm buscado interagir politicamente com outras organizações de mulheres e movimentos sociais - como os que se contrapõem à construção de grandes barragens, ao garimpo ilegal em Unidades de Conservação e em Terras Indígenas, e defendem os povos tradicionais, a floresta e as águas - por meio de ações e debates construídos coletivamente. Muitas debilidades, entretanto, vêm sendo enfrentadas, como as divisões e disputas políticas no interior do sindicalismo rural brasileiro, inclusive na região oeste do Pará, entre os sindicatos, federações e confederações ligados à agricultura familiar, representados pela Fetagri-Contag e pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf) e da confederação a que está vinculada - a Contraf (LAZZARETTI, Mateus, 2023; SILVA, Osvaldo Heller da, 2009).

É fato que se faz necessário e urgente todo mecanismo que torne possível a articulação entre trabalhadores, movimentos sociais, povos tradicionais e demais forças políticas populares na contra-ordem das ofensivas do grande capital na região, o que envolve diretamente, também, a exigência de que o Estado atue em defesa dos direitos da natureza, dos povos e culturas da região.

## CONCLUSÕES

O estrangulamento das agriculturas familiares nas áreas destinadas à reforma agrária e nas terras que provêm da colonização do município de Itaituba está diretamente vinculado às definições do Estado e aos ditames do modelo econômico neoliberal - desenvolvimentista, predador e excludente -, que tem levado a região e o país, cada vez mais, a condições desiguais, com aumento da pobreza e das desigualdades sociais. A pequena produção, tanto mais em região cobiçada mundialmente, inclusive por agentes fortemente capitalizados do agronegócio, detentores de fortunas provenientes da financeirização do capital, necessita de medidas públicas estatais urgentes, no sentido da garantia da vida, da terra, do trabalho, da produção e acesso aos mercados pelas agriculturas familiares.

No município de Itaituba, apesar da luta sem trégua de agricultoras familiares organizadas em comunidades, como a de Monte Moriá, não há o incentivo para que produzam e forneçam, por exemplo, nem mesmo parte dos produtos que compõem a merenda escolar, ou alimentos para outros órgãos públicos. Se não há incentivo, não há meios para conseguir ofertar e atender possíveis demandas, o que reproduz incessantemente o ciclo de pobreza e precariedade. Em muitos casos, como atesta o representante do Incra, os assentados da reforma agrária produzem apenas para a subsistência de suas famílias.

A deslocalização de trabalhadores assentados, empurrados para fora de suas terras, tem se dado tanto pela decisão do Estado, ao longo de décadas, em não investir em condições para a fixação das famílias produtoras agrícolas na terra, como pela forte pressão dos fazendeiros e demais agentes do agronegócio, que atuam ilegalmente. O processo avassalador de expropriação, pressão e violência sobre trabalhadores, que se encontram em terras federais destinadas à agricultura familiar, segue celeremente na região, produzindo vulnerabilidades e sofrimento social cada vez mais intensos.

Sem garantias, ao longo de décadas, os assentados da reforma agrária cujos projetos de assentamento sequer foram consolidados, seguem sem a titulação da terra, sem financiamento, nem meios para produzir, escoar a produção e acessar possíveis mercados consumidores. Serviços essenciais à vida para os trabalhadores da pequena produção, como educação e saúde, também não são garantidos, o que vem produzindo êxodo cada vez mais

intenso das juventudes do campo para a cidade. Não apenas jovens, mas também agricultoras e agricultores já cansados da luta, da opressão e da pobreza, mais velhos e cansados, estão saindo do campo sem perspectiva, para tentar a vida em outro lugar, sem terra, sem teto, nem trabalho.

As expectativas em relação à gestão do atual governo federal, de incentivo à pequena produção e de retomada da consolidação da reforma agrária vão no sentido de exigir medidas enérgicas e imediatas, que se traduzam em possibilidades concretas de melhoria. Para isso, investimentos públicos precisam ser destinados à região, por meio do Incra e demais órgãos e instituições governamentais, decisivos para a mudança do desolador quadro atual. As mulheres que estão à frente de comunidades e assentamentos rurais têm feito a sua parte, dado o seu sangue e suas energias para que a agricultura familiar possa, para além da subsistência, garantir o sustento e condições de vida às suas famílias, com direito à terra e sem abrir mão do direito à vida, constantemente sob ameaça.

## REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Trad. MARINO, Mário A.; SANTOS, Eduardo Altheman C. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; CASTRO, Carlos Potiara. **Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities**. Novos Cadernos NAEA, v. 25 n. 1, p. 11-36; jan-abr 2022.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **Os involuntários da pátria**: elogio do subdesenvolvimento. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira. Caderno de Leituras. n. 65. Série Intempestiva, 2017.

COLLETE, Guillaumin; TABET, Paola; MATHIEU, Nicole-Claude. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. FERREIRA, Verônica et al. (Org.). Recife: SOS Corpo, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo. Boi tempo, 2016.

EMPRAPA. **Zoneamento Ecológico-Econômico da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)**: gestão territorial. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). CANDIANI, Heci Regina (Trad). TORRE, Bruna Della (contribuinte). Editora: Boitempo; 1ª edição, 2021. 208 p. ISBN-10: 6557170546 ISBN-13: 978-6557170540.

\_\_\_\_\_. **Na luta para mudar o mundo**: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. VALIO, Luciana Benetti Marques (Trad.). Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020.

FRASER, Nancy. **Feminismo, capitalismo e a astúcia da história**. In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais. HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-48.

LAZZARETTI, Mateus. **A relação do sindicalismo da agricultura familiar com o estado: a FETRAF-RS no período recente**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2023.

SILVA, Osvaldo Heller da. **Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade**. Revista de Sociologia e Política nº 12: 161-167 Jun. 1999.

VÍCTORA, Ceres Gomes; RUAS-NETO, Antonio Leite. **Querem matar os 'últimos Charruas'**: sofrimento social e 'luta' dos indígenas que vivem nas cidades. Revista Antropológicas, ano 15, vol.22(1): 37-59 (2011).